



Governo Aberto na
Cidade de São Paulo



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

2º PLANO DE AÇÃO EM GOVERNO ABERTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (2018 - 2020)

São Paulo/SP, Brasil

Reconhecendo os princípios de Governo Aberto como fundamentais para um governo mais participativo, transparente, íntegro e inovador, é com grande satisfação que reafirmo a parceria com a *Open Government Partnership* por meio da submissão deste 2º Plano de Ação em Governo Aberto.



Bruno Covas
Prefeito de São Paulo

FICHA TÉCNICA¹

Prefeito

Bruno Covas

Secretário do Governo Municipal

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário Adjunto do Governo Municipal

George Hermann Rodolfo Tormin

Chefe de Gabinete

Tatiana Regina Renno Sutto

Supervisão para Assuntos de Governo Aberto (Governo Aberto na Cidade de São Paulo)

A São Paulo Aberta foi instituída em 2014, a partir do Decreto nº 54.794, no âmbito da Secretaria Municipal de Relações Internacionais. Em 2018, com a reestruturação do órgão, a São Paulo Aberta tornou-se a **Supervisão para Assuntos de Governo Aberto (SAGA)**, sendo responsável por fomentar o desenvolvimento e a integração de iniciativas de governo aberto na Prefeitura de São Paulo, coordenar o Comitê Intersecretarial de Governo Aberto da Cidade de São Paulo (CIGA-SP) e conduzir a relação com a *Open Government Partnership* (OGP) e demais redes de governo aberto internacionais. Com o Decreto nº 58.596/2019, a São Paulo Aberta passou a integrar a Secretaria do Governo Municipal de São Paulo.

Supervisora

Patrícia Marques

Equipe Técnica

Henrique Ribeiro Góes

Fernanda Nascimento de Lima

Gabriela Boechat

Luana Santos Lopes

Mariana de Sousa Caires

Danielle Christina Bello de Carvalho (parte da equipe da SAGA até 02/2019)

Estagiária

Camila Aparecida Padilha Gomes

¹ Atualização: Abril/2019.

Fórum de Gestão Compartilhada

Instituído através da Resolução CIGA nº01/2016, e constituído em 2018 com base no Edital nº01/2018 - SMRI, o Fórum de Gestão Compartilhada é responsável pela cocriação do 2º Plano de Ação em Governo Aberto do município de São Paulo em seus processos de formulação, implementação e avaliação.

Representações do Governo

Controladoria Geral do Município
Secretaria do Governo Municipal
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Secretaria Municipal de Gestão
Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
Secretaria Municipal de Relações Internacionais
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Tribunal de Contas do Município de São Paulo

Representações da Sociedade Civil

Agente de Governo Aberto
Associação de Projetos Integrados e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Escola de Comércio - Álvares Penteado
Fundação Tide Setúbal²
Movimento Cultural das Periferias
Rede pela Transparência e Participação Social
Transparência Brasil
WRI Brasil

Participantes em 2018, no âmbito da Secretaria Municipal de Relações Internacionais

Embaixador Affonso Massot, Jessica Souza de Brito, Juliana de Borba Almeida, Laura de Almeida Lopes Thomaz, Mayza Scalan Elias e Rodrigo Massi.

² Até abril de 2019, o Instituto Update ocupava esta cadeira. Com sua saída, o instituto indicou a Fundação Tide Setúbal para sua substituição, processo aprovado pelo Fórum de Gestão Compartilhada e pelo Comitê Intersecretarial de Governo Aberto.

SUMÁRIO

GOVERNO ABERTO EM SÃO PAULO: COMO COMEÇAMOS E ONDE ESTAMOS	5
O PRIMEIRO PLANO DE AÇÃO	8
O SEGUNDO PLANO DE AÇÃO	9
O PROCESSO DE COCRIAÇÃO DO 2º PLANO DE AÇÃO EM DETALHES	11
Delimitação de temas e levantamento de desafios	11
Oficinas territoriais temáticas	15
Definição dos cinco compromissos do novo Plano	20
Delimitação de marcos, prazos e responsáveis pela implementação	23
Pareceres técnicos e jurídicos emitidos e replanejamento do processo	23
Ajustes finais no plano em 2019	28
COMPROMISSOS DO 2º PLANO DE AÇÃO EM GOVERNO ABERTO	35
ANEXOS	45

GOVERNO ABERTO EM SÃO PAULO: COMO COMEÇAMOS E ONDE ESTAMOS

Desde 2016, São Paulo é uma das cidades pioneiras em governo aberto da *Open Government Partnership* (OGP), tendo como responsabilidade a elaboração de planos de ação periódicos voltados ao fomento e fortalecimento de ações de transparência, participação social, integridade e inovação tecnológica na gestão municipal.

Marcos importantes para o fortalecimento da agenda de Governo Aberto, e que culminaram no reconhecimento da cidade pela OGP, foram a criação da Controladoria Geral do Município, em 2013³, seguida da instituição da São Paulo Aberta⁴, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Relações Internacionais e responsável por difundir, articular e fomentar os conceitos e ações de governo aberto na Prefeitura de São Paulo, e do Comitê Intersecretarial de Governo Aberto da Cidade de São Paulo (CIGA-SP)⁵ em 2014. Além disso, também foi determinante para esse reconhecimento a obtenção de nota máxima na escala Brasil Transparente⁶, ranking de cumprimento da Lei de Acesso à Informação feito pela Controladoria Geral da União.

De lá para cá, São Paulo continua avançando na institucionalização de ações de Governo Aberto e no fortalecimento dessa agenda no dia a dia da gestão. São exemplos desse progresso ações recentes como a ampliação da política de governo aberto da Secretaria Municipal de Educação, “Pátio Digital”, e o lançamento do Código de Defesa do Usuário do Serviço Público pela Controladoria Geral do Município e a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia.

Instituído em 2017, o Pátio Digital é agora a Estratégia de Transformação Digital e Governo Aberto da Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria SME nº 8.008/2018, que objetiva entregar sistemas e serviços digitais ágeis, abertos, íntegros e acessíveis, fortalecer a transparência e desenvolver processos colaborativos com a sociedade.

³ [Lei Municipal nº 15.764/2013](#)

⁴ [Decreto nº 54.794/2014](#). A estrutura da Secretaria Municipal de Relações Internacionais foi alterada posteriormente pelo [Decreto nº 58.162/2018](#), com a criação da Supervisão para Assuntos de Governo Aberto.

⁵ [Decreto nº 54.794/2014](#), alterado posteriormente pelo [Decreto nº 58.115/2018](#).

⁶ Mais informações em: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente>

Regulamentando no município a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos e instituindo a Política Municipal de Atendimento ao Cidadão, através do Decreto nº 58.426/2018, o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público⁷ volta-se a assegurar o acesso à informação sobre os serviços prestados, sua qualidade e formas de controle pela população, criando um Conselho de Usuários do Serviço Público para acompanhar e avaliar a prestação de serviços, ao mesmo tempo em que estabelece diretrizes e padrões de excelência para esta prestação.

Também podemos destacar a implantação, desde 2015⁸, no âmbito da Prefeitura de São Paulo, do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ferramenta desenvolvida em nível federal para gestão de documentos e processos eletrônicos. Estima-se que 95% dos processos gerados em toda a Prefeitura atualmente sejam eletrônicos⁹ e, em breve, todos os órgãos do município gerarão e movimentarão na totalidade seus processos eletronicamente, garantindo maior agilidade às tramitações e grande economia de papel e materiais de escritório, além de ampliar a transparência ao permitir a consulta de quaisquer interessados aos documentos disponibilizados online pela plataforma. Até o momento, foram economizados mais de R\$1,2 mi em papel e quase 30 mil usuários já foram capacitados no sistema¹⁰.

Cabe ainda mencionar que desde 2015, ano da primeira avaliação da escala Brasil Transparente, São Paulo vem mantendo nota e colocação máximas.

O processo participativo na cocriação do 1º Plano de Ação em Governo Aberto do município de São Paulo foi elemento de destaque e bem avaliado pelo Mecanismo de Avaliação Independente (*Independent Reporting Mechanism - IRM*)¹¹. Objetivando atrair ainda mais cidadãs e cidadãos à construção deste Segundo Plano, buscou-se ampliar as possibilidades de participação ao longo de seu processo de cocriação. Neste processo, com o intuito de alcançar diferentes pessoas e considerando a vasta dimensão territorial de São

⁷ Acesse a íntegra do Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos [aqui](#).

⁸ [Decreto nº 55.838/2015; Portaria Conjunta nº001/SMG/SMIT/2018..](#)

⁹ Referência: abril/2019. Para mais informações sobre o SEI, acesse: <https://processoeletronico.prefeitura.sp.gov.br/>

¹⁰ Informações completas em: <https://processoeletronico.prefeitura.sp.gov.br/indicadores-sei/>. Referência: dezembro/2018.

¹¹ Acesse a versão preliminar da análise do Mecanismo de Avaliação Independente em português [aqui](#), ou em inglês [aqui](#).

Paulo e grande diversidade de sua população, deslocamo-nos pelo território para a realização de um evento e dez oficinas temáticas de cocriação, abertas ao público e realizadas em diferentes pontos da cidade. Além disso, também foram realizadas duas consultas públicas online, tendo uma delas contado com uma ação presencial. Ao todo, foram mais de 200 participações em atividades presenciais e 2500 contribuições em ambas as consultas públicas.

Aqui, também cabe citar a realização de diversas reuniões intersecretariais, com representações de Gabinetes e de equipes técnicas das secretarias envolvidas com os compromissos, sobretudo na fase de definição dos marcos, para além das secretarias membras do Fórum de Gestão Compartilhada. São elas: Controladoria Geral do Município (CGM), Secretaria Especial de Relações Sociais (SERS), Secretaria Municipal da Fazenda (SF), Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB), Secretaria Municipal de Gestão (SG), Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT), Secretaria Municipal de Educação (SME) e Secretaria Municipal de Justiça (SMJ). Dessa forma, tal ampliação referiu-se não apenas a um maior número de atividades descentralizadas no território, mas também a maior presença de servidores da Prefeitura nessas atividades e um maior diálogo entre as Secretarias Municipais. Tal aumento na participação resultou em um Plano de Ação com compromissos mais setorizados, interdisciplinares e relevantes.

O PRIMEIRO PLANO DE AÇÃO

Participação social, disseminação e institucionalização do conceito de Governo Aberto foram a essência dos cinco compromissos do 1º Plano de Ação em Governo Aberto, implementado em 2017, ano de início de uma nova gestão na Prefeitura de São Paulo.

O fato da implementação coincidir com o início de um novo governo foi positivo ao possibilitar que marcos de compromissos previstos no Plano fizessem parte do Programa de Metas 2017-2020¹² da Prefeitura de São Paulo. Esse instrumento de governo reúne as prioridades da gestão para seus quatro anos de atuação. Dentre as ações inseridas no Eixo Desenvolvimento Institucional do documento estão a realização de reuniões semestrais nas 32 Subprefeituras com representantes do governo a fim de colher propostas e demandas dos municípios - o Projeto Diálogo Aberto.

Abertas à população, tais reuniões acontecem no âmbito dos Conselhos Participativos Municipais, organismo formado por membros da sociedade civil, vinculado a cada uma das Subprefeituras. Nelas também são apresentados os relatórios semestrais de obras e ações das Subprefeituras, outra linha de ação do Programa de Metas oriunda do 1º Plano de Ação. Assim, os encontros oportunizam maior aproximação entre a sociedade e governo, por meio da prestação de contas, favorecendo, conseqüentemente, o controle social.

Outro compromisso do 1º Plano de Ação que também compõe o Programa de Metas refere-se ao Programa Agentes de Governo Aberto, que seleciona e remunera por meio de bolsa, entes da sociedade civil para realizar formações gratuitas em temas de governo aberto. O documento estabelece que o edital seja lançado e que as oficinas sejam realizadas na área de abrangência das 32 Subprefeituras da cidade, reforçando o caráter descentralizador do Programa, que objetiva disseminar não apenas o conceito, mas também práticas de Governo Aberto.

¹² A execução das ações previstas em cada um dos projetos contidos no Programa de Metas 2017-2020 pode ser acompanhada [aqui](#).

O SEGUNDO PLANO DE AÇÃO

A construção do 2º Plano de Ação em Governo Aberto¹³ do município de São Paulo foi iniciada a partir da instituição da nova composição do Fórum de Gestão Compartilhada (FGC), cuja responsabilidade é planejar e conduzir todo o processo de cocriação do Plano de Ação, além de atuar na sua execução e avaliação. Em sua segunda composição, o FGC é constituído pelas Secretarias Municipais membras do Grupo Executivo do CIGA-SP e entidades da sociedade civil, eleitas em maio deste ano por meio do [Edital nº 01/2018 - SMRI](#).

Tabela 1: Composição do Fórum de Gestão Compartilhada 2018-2020

GOVERNO	SOCIEDADE CIVIL ¹⁴
CGM	Associação de Projetos Integrados e Desenvolvimento Sustentável (PIDS)
SG	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP)
SGM	Instituto Update
SMIT	Movimento Cultural das Periferias (MCP)
SMDHC	Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS)
SMDU	Transparência Brasil
SMRI	WRI Brasil
TCM	Ex-Agente de Governo Aberto

A partir de reuniões para alinhamento e a organização de diferentes Grupos de Trabalho temáticos internos, o FGC planejou a metodologia do processo de cocriação prevendo as seguintes etapas básicas:

- Delimitação de temas e levantamento de desafios;
- Aprofundamento da discussão sobre os temas e desafios e construção de propostas de compromissos;
- Definição dos cinco compromissos do novo Plano;

¹³ Todas as informações sobre o 2º Plano de Ação em Governo Aberto (atas de reunião, sistematizações, etc.) podem ser encontrados no botão "[São Paulo Aberta](#)", no portal da Secretaria Municipal de Relações Internacionais.

¹⁴ A Arranjo Socioambiental 2030, eleita enquanto Movimento Social e Popular para o FGC, perdeu sua vaga de participação nos termos do edital supracitado devido a sucessivas ausências nas reuniões e atividades realizadas ao longo do processo de cocriação.

- Delimitação de marcos, prazos e responsáveis pela implementação;
- Conclusão do rascunho prévio do Plano e envio para revisão técnica e jurídica;
- Devolutiva, ajustes e tradução;
- Submissão à OGP e lançamento do Plano: previstos para ocorrer respectivamente no final de novembro e no início de dezembro.

Entretanto, no decorrer do processo, ajustes foram necessários e mudanças nas etapas foram realizadas, alterando também o cronograma da cocriação.

Ainda que este Segundo Plano partisse de temas específicos, as discussões convergiam para questões comuns entre eles. Foram transversais, por exemplo, questões relativas ao orçamento municipal e a dimensão territorial na centralidade das discussões sobre a formulação, implementação, avaliação das políticas públicas e disponibilização de dados e informações. Além disso, a demanda por uma comunicação mais efetiva por parte da Prefeitura de São Paulo, que utilize linguagem cidadã e que amplifique seu potencial de divulgação também perpassou a maioria das discussões.

O PROCESSO DE COCRIAÇÃO DO 2º PLANO DE AÇÃO EM DETALHES

DELIMITAÇÃO DE TEMAS E LEVANTAMENTO DE DESAFIOS

O processo de cocriação do 2º Plano de Ação em Governo Aberto teve sua primeira atividade aberta em 08 de agosto de 2018, com a realização de um workshop público que objetivou definir três dos cinco temas que delimitariam os compromissos a serem assumidos pela Prefeitura nos dois anos seguintes.

Divulgado no mailing de servidores da Prefeitura de São Paulo, no site institucional da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, bem como nas redes sociais da São Paulo Aberta e de entidades membras do Fórum de Gestão Compartilhada, o workshop teve participação de mais de 60 pessoas entre representantes da sociedade civil e do governo, refletindo e discutindo demandas existentes na cidade que ações de Governo Aberto poderiam contribuir para superar.

Treze órgãos da Prefeitura de São Paulo estiveram representados no workshop: Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI); Controladoria Geral do Município (CGM); Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias (SMDP); Secretaria Municipal de Subprefeituras (SMSUB); Secretaria Municipal da Fazenda (SF); Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME); Secretaria do Governo Municipal (SGM); Secretaria Municipal de Gestão (SG); Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU); Tribunal de Contas do Município (TCM); e a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo (Prodam).

A sociedade civil, por sua vez, esteve representada por meio de Conselheiros Participativos Municipais, membros de sindicatos, ex-Agentes de Governo Aberto e munícipes em geral, além de representações de entidades variadas: Arranjo Socioambiental 2030; Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP); Instituto Update; Movimento Cultural das Periferias; Observatório Social do Brasil; Associação de Projetos Integrados e Desenvolvimento Sustentável (PIDS); Transparência Brasil; WRI Brasil; e a Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS), nas figuras de Artigo 19, Rede Nossa São Paulo e W3C.

Foi um dia inteiro de atividades, iniciado com a fala do Secretário Municipal de Relações Internacionais, Embaixador Affonso Massot, do então Secretário Municipal de Gestão, Sérgio Avelleda, da Secretária-Adjunta de Inovação e Tecnologia, Marianna Sampaio, e do Controlador Geral do Município, Gustavo Ungaro.

Rodas de conversas e chuvas de demandas fizeram parte da metodologia do encontro que encaminharam as discussões para a identificação de seis grandes temas: (i) Mobilidade; (ii) Sistema de Informação e Comunicação¹⁵; (iii) Saúde; (iv) Orçamento; (v) Descentralização e Desenvolvimento Local; e (vi) Educação e Cultura Cidadã. Em votação, os três primeiros temas definidos que nortearam a construção dos compromissos foram:

- Orçamento;
- Descentralização e Desenvolvimento local;
- Sistema de Informação, Comunicação Participativa e Transparência.

O próximo passo foi a realização de uma consulta pública online na qual a população pôde escolher os outros dois temas que deveriam ser contemplados por compromissos no 2º Plano de Ação, com base em uma lista de sugestões disponibilizada pela OGP, criada a partir de planos já construídos no âmbito da Parceria. Além disso, os respondentes poderiam apontar os desafios relacionados aos temas em votação e aqueles já definidos anteriormente. Disponível entre os dias 15 e 29 de agosto de 2018, a consulta foi divulgada nos meios já utilizados anteriormente, no Metrô de São Paulo e, também, em ação presencial na Escola Técnica Estadual Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal. Foram recebidas 274 contribuições. Temas como água e saneamento, auditorias e controle, habitação e moradia e, novamente, saúde, foram lembrados, porém os temas escolhidos com aproximadamente 22% e 15% dos votos, respectivamente, foram:

- Educação;

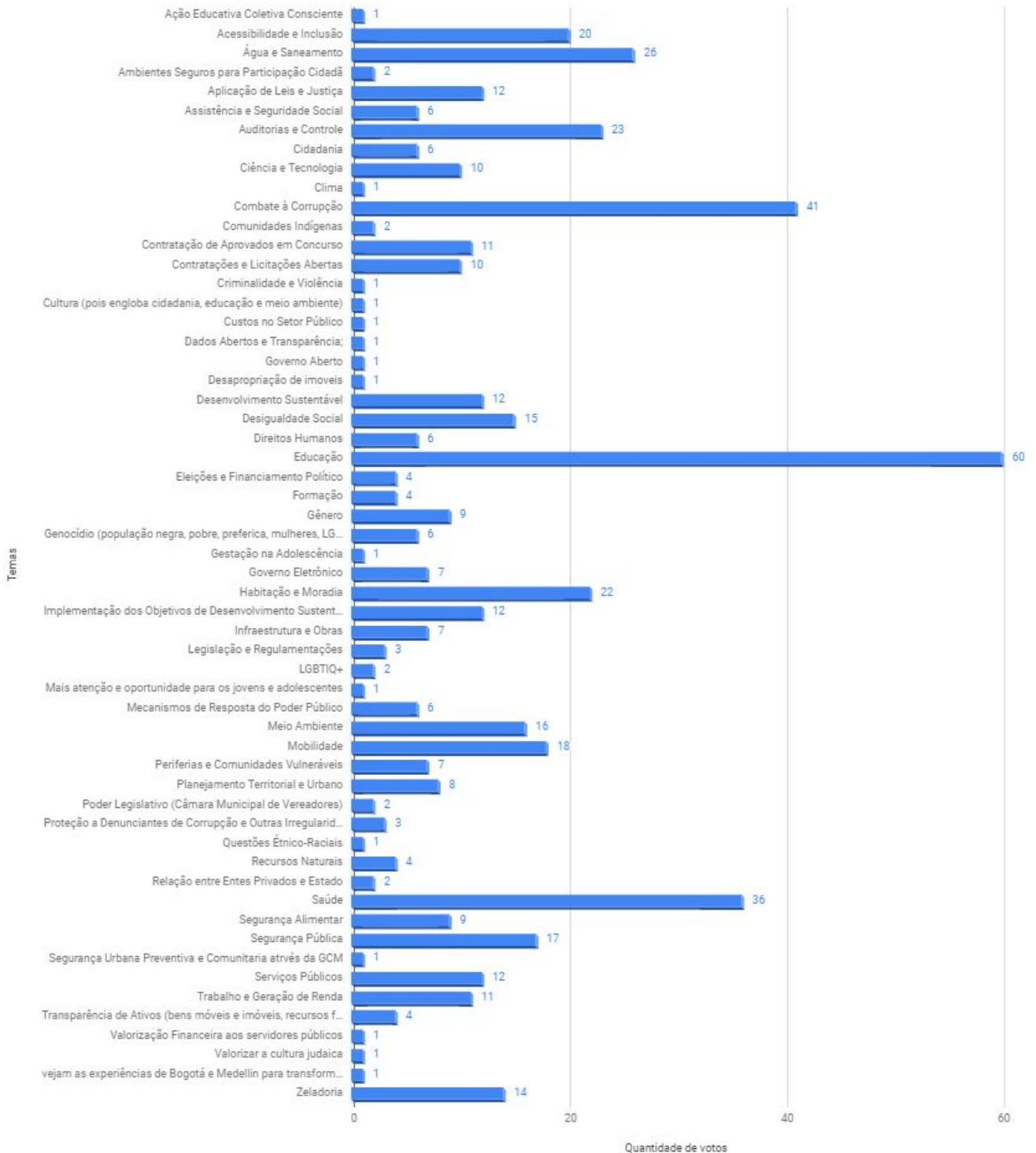
¹⁵ Durante a etapa de World Café, conforme detalhado no ANEXO I, a dupla responsável pela mesa de “Sistema de Informação e Comunicação” sugeriu a troca do nome do tema em questão para “Comunicação Participativa e Transparência”. A discussão sobre a troca foi deixada para o final da atividade. Devido ao atraso na agenda causado por uma discussão a respeito da votação, não houve tempo para a escolha da nomenclatura do tema “Sistema de Informação e Comunicação”/“Comunicação Participativa e Transparência”. Em reunião do Fórum de Gestão Compartilhada, realizada no dia 14 de agosto, optou-se pela aglutinação das duas sugestões de nomes, contemplando assim ambas as propostas. O nome final para o tema, veiculado como resultante da dinâmica, foi “Sistema de Informação, Comunicação Participativa e Transparência”.

- Combate à Corrupção.

Imagem 1: Temas escolhidos em consulta pública

Consulta Pública - Temas Escolhidos

Quantidade de votos por tema



Os desafios apontados na consulta pública em relação aos temas em votação e aqueles já definidos anteriormente, foram categorizados por membros do Fórum de Gestão Compartilhada da seguinte forma:

Tabela 2: Categorização dos desafios levantados por tema

ORÇAMENTO		
Regionalização	Transparência e Linguagem Cidadã	Participação e Engajamento da População
Acolhimento e Devolutiva de Demandas da População	Enxugamento dos gastos Públicos	Mudanças Legislativas
Relações com Entes Privados	Formação	Ética e Integridade
Auditoria e Monitoramento de Execução	Priorização de Políticas e Serviços Públicos	Valorização dos Servidores Públicos
Planejamento		
DESCENTRALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL		
Emprego e Renda	Interação entre Equipamentos	Capacitação dos Servidores Locais
Fortalecimento dos Conselhos	Autonomia / Fortalecimento das Subprefeituras / Recursos	Parcerias Público Privadas
Participação Social e Engajamento no Planejamento Local	Distribuição de Investimentos/Serviços por Densidade Habitacional	Meio Ambiente na Localidade
Transparência nos Órgãos Regionais	Planejamento Local	Eleição de Subprefeitos
SISTEMA DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA E TRANSPARÊNCIA		
Uniformização dos Dados	Transparência	Formação
Linguagem Cidadã	Transparência e Linguagem Cidadã	Comunicação
Participação Social		
EDUCAÇÃO		
Aprimoramento da Qualidade do Ensino	Destinação de Recursos	Participação Social nas Escolas
Transparência e Participação no Planejamento da SME	Engajamento, Participação e Valorização dos Profissionais de Educação nas Políticas Públicas	Disponibilidade de Vagas na Educação
Planejamento e Gestão da Educação nos Territórios	Legislação	Pátio Digital
COMBATE À CORRUPÇÃO		
Bom Uso dos Recursos Públicos	Ética na Gestão Pública	Investigação e Atuação da Controladoria Geral do Município e Corregedoria
Transparência dos Cargos Públicos	Transparência da Administração Pública	Licitação, Compras e Obras
Prevenção à Corrupção		

Importante ressaltar que os desafios apontados tanto no workshop público como na consulta pública subsidiaram o desenvolvimento da próxima etapa do processo de cocriação, as Oficinas Territoriais Temáticas.

OFICINAS TERRITORIAIS TEMÁTICAS

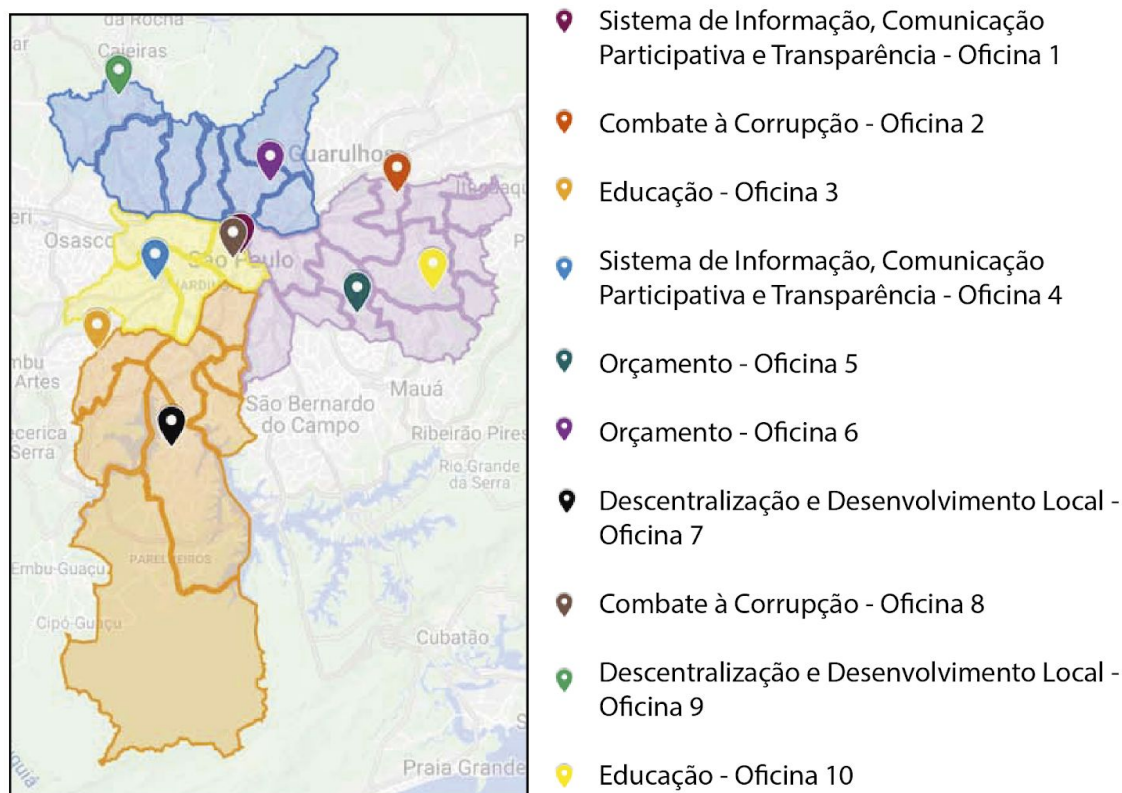
O município de São Paulo possui cerca de 12 milhões de habitantes¹⁶, distribuídos de forma desigual por um vasto território de 1.521,11 km². Realizar oficinas em pontos diferentes da cidade mostrava-se fundamental como forma de viabilizar a participação de pessoas de diferentes territórios, sem entraves causados por longos deslocamentos.

Realizadas entre os dias 19 de setembro e 06 de outubro de 2018, em horários diversos, as dez oficinas tinham como objetivo a construção de propostas de compromissos para o novo Plano de Ação. Dessa forma, foram desenvolvidas dinâmicas para aprofundar as discussões sobre os temas e os desafios a eles relacionados, que haviam sido levantados nas etapas anteriores.

Imagem 2: Mapa das Oficinas Territoriais Temáticas¹⁷

Oficinas territoriais temáticas

2º PLANO DE AÇÃO EM GOVERNO ABERTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



Com cerca de três horas de duração, as oficinas começavam com uma atividade em grupos que mesclavam membros do governo e da sociedade civil e pessoas mais ou menos familiarizadas com os conceitos de Governo Aberto, visando a troca de informações e visões. Em seguida, na etapa denominada “priorização de desafios”, os participantes debruçavam-se sobre os desafios relacionados ao tema em questão, escolhendo trabalhar com uma ou mais categorias, a fim de refletir sobre possíveis soluções para resolvê-los. Após esse momento, cada grupo devia redigir uma proposta de compromisso que daria cabo de solucionar e/ou atenuar o(s) problema(s) identificado(s).

Para cada tema, foram realizadas duas oficinas e, em cada uma delas, foram escolhidas duas propostas de compromissos para serem enviadas à consulta pública posteriormente. Assim o final do processo resultou em 20 propostas de compromissos, quatro para cada um dos temas. 93 pessoas participaram das dez oficinas, sendo que algumas estiveram em dois ou mais eventos, gerando 155 participações. Na tabela abaixo, encontram-se as propostas elaboradas em cada oficina. Mais informações sobre o número de participantes e outras propostas elaboradas em cada encontro estão no ANEXO II.

Tabela 3: Relação de oficinas territoriais temáticas e propostas de compromissos elaboradas

DATA	TEMA	LOCAL	MACROR-REGIÃO	PROPOSTAS DE COMPROMISSOS
19/09, às 10h	Sistema de Informação, Comunicação Participativa e Transparência	MobiLab	Centro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver um dicionário de dados das bases municipais, aumentar as formas de acessibilidade daquelas relativas às secretarias fins, buscando integrá-las, adotando linguagem cidadã e comunicação participativa preconizadas na Lei Educom (Lei Municipal 13.941/2004). 2. Aprimorar os portais da Prefeitura, com o uso de padrões atuais da web e linguagem amigável, para promover e ampliar a participação cidadã.
21/09, às 19h	Combate à Corrupção	Ocupação Cultural Mateus Santos	Leste	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer programa de agentes territoriais para promoção da participação social, disseminando os canais de transparência e os mecanismos de interlocução com a gestão municipal. 2. Restringir o preenchimento de cargos comissionados do alto escalão, bem como dos cargos de gestão, diretoria, coordenação, supervisão às pessoas com atuação na área e vínculo com o território comprovados, disponibilizando publicamente os currículos dos candidatos e dos atuais ocupantes desses cargos.

24/09, às 16h	Educação	Espaço Cultural Cita	Sul	<p>1. Criar uma ferramenta digital específica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo que promova a transparência e localização regionalizada nas DREs dos recursos/gastos em linguagem acessível às professoras, gestoras, pais, alunos e sociedade em geral, que inclua atividades presenciais de difusão e capacitação em escolas e no Pátio Digital.</p> <p>2. Promover com os estudantes da Rede Municipal de Ensino de São Paulo projetos baseados nos princípios de governo aberto voltados às suas Unidades Educacionais, envolvendo também as comunidades escolares e dos entornos, com a realização de eventos semestrais para apresentação dos projetos desenvolvidos e trocas de experiências.</p>
26/09, às 19h	Sistema de Informação, Comunicação Participativa e Transparência	Ponto de Economia Solidária	Oeste	<p>1. Desenvolver a integração entre o Diário Oficial, Portal da Transparência e o Sistema Orçamentário Financeiro (SOF), com linguagem e interfaces com o público, visando a acessibilidade, por meio de comunicação digital e física (site, clipping, mensagens, publicações), através dos pontos focais da Rede INFOAberta e agentes da sociedade civil organizada para disseminar, difundir e formar a sociedade civil e servidores públicos nesses sistemas.</p> <p>2. Criar um plano de integração dos sistemas municipais de informação, implantando conectores que extraíam os dados de diferentes fontes e os reúnam em um portal de dados abertos que adote linguagem cidadã (infraestrutura municipal de dados abertos / modelo Geosampa).</p>
29/09, às 9h	Orçamento	CEDECA Sapopemba	Leste	<p>1. Institucionalizar o orçamento participativo, por meio do Conselho Participativo Municipal e da sociedade civil, nas 32 Subprefeituras, criando regras e procedimentos a serem seguidos pelos subprefeitos incluindo: boletim informativo (impresso e virtual) e site, com linguagem amigável/cidadã, sobre o gasto executado e proposto por setor e projeto; criação de cadastro público de organizações e cidadãos para divulgação de informações; divulgação ampla e prévia das ações e discussões de orçamento participativo;</p> <p>2. Realizar a descentralização do orçamento público prevendo a sua regionalização, desde o seu planejamento à sua execução, com a abertura do seu fluxo de planejamento e prestação de contas por políticas setoriais (ex.: etnia, gênero e outros), distritos e equipamentos públicos, garantindo a transparência efetiva dessas ações.</p>
01/10,	Orçamento	Subprefeitura	Norte	1. Recriar o CPOP (Conselho de Planejamento e

às 19h		Santana / Tucuruvi		<p>Orçamento Participativo) que debaterá e decidirá com o cidadão sobre os projetos, as necessidades e as prioridades orçamentárias em conjunto com as Subprefeituras.</p> <p>2. Desenvolver uma plataforma com conteúdo informativo em linguagem cidadã e popular, execução por região, dados sociodemográficos por região, com integração entre as bases de dados e execução orçamentária dividida por temas, secretarias e subprefeituras.</p>
02/10, às 19h	Descentralização e Desenvolvimento local	Subprefeitura Capela do Socorro	Sul	<p>1. Desenvolver ações de capacitação para os munícipes nas subprefeituras, envolvendo e dialogando com entidades (organizações, movimentos, associações, cooperativas, etc.) do território, a respeito do funcionamento da gestão municipal e dos espaços e formas de participação no planejamento e tomada de decisão, com o intuito de empoderá-los no controle social como atores de desenvolvimento local.</p> <p>2. Vincular os gastos públicos aos planos de ação desenvolvidos através de participação social, discutindo e deliberando coletivamente sobre as demandas territoriais, respeitando os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantindo a publicidade e acessibilidade do orçamento público de forma regionalizada e por equipamento.</p>
03/10, às 19h	Combate à Corrupção	Câmara Municipal de São Paulo	Centro	<p>1. Aplicar a obrigatoriedade do uso do modelo de contratos abertos ("Open Contracting") para as obras da Prefeitura Municipal de São Paulo visando sua disponibilização no Geosampa e sua íntegra inserida no Portal da Transparência.</p> <p>2. Institucionalizar que os processos licitatórios tenham fiscalização cidadã, através de agentes da sociedade civil com atuação na respectiva temática /área comprovada e vínculo com o respectivo território, cuja seleção se dará por sorteio e de forma rotativa, garantindo a acessibilidade dos dados públicos de forma aberta, por meio de integração entre sistemas de contratos, licitações e Sistema Orçamentário Financeiro da Prefeitura do Município de São Paulo.</p>
04/10, às 19h	Descentralização e Desenvolvimento local	Comunidade Cultural Quilombaque	Norte	<p>1. Fomentar o diálogo entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, seus órgãos regionais, os Conselhos Participativos Municipais (CPM), os demais conselhos e a população de seus respectivos territórios por meio da articulação com entidades (organizações, movimentos, associações, cooperativas, etc.) locais e a realização de reuniões ordinárias dos CPMs de</p>

				<p>forma itinerante nos espaços das referidas entidades.</p> <p>2. Estabelecer um parâmetro, com base nos critérios de equidade, para distribuição dos recursos públicos municipais, conforme previsto no Artigo 4º da Lei 16.496/16 (Lei de Fomento à Cultura nas Periferias), que prevê que 90% dos recursos sejam destinados aos distritos nos quais 10% dos domicílios tem renda per capita média de até 1/2 salário mínimo, onde 90% da população do município de São Paulo reside.</p>
06/10, às 14h	Educação	UNIFESP Zona Leste	Leste	<p>1. Maior transparência, tecnologia e inovação para que a comunidade educativa (educadores, gestores, alunos, famílias e sociedade civil) possa acompanhar a execução dos recursos das Unidades Educacionais (UEs) e participar das decisões sobre a alocação dos investimentos.</p> <p>2. Incluir no Projeto Político Pedagógico um processo de cocriação de atividades culturais e de letramento de cidadania no território e entorno da escola, com o envolvimento da comunidade escolar (APM, pais, direção, professores, alunos e funcionários), fazer valer a Portaria 6771/2013 da SME, tornando-o público, visível e também viabilizar uma agenda física e online aberta, que organize e disponibilize o uso dos espaços públicos escolares e culturais do território, e efetivar a prestação de contas das atividades realizadas no final do ano letivo (online, impressos e cartazes).</p>

Participaram das oficinas servidores dos seguintes órgãos governamentais: Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI); Controladoria Geral do Município (CGM); Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias (SMDP); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE); Secretaria Municipal de Educação (SME); Secretaria Municipal da Fazenda (SF); Secretaria Municipal de Gestão (SG); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU); Subprefeitura Capela do Socorro; Subprefeitura Santana / Tucuruvi; e a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo (Prodam). Participaram também munícipes em geral, diferentes conselheiros, membros de fóruns e representantes de entidades e movimentos como a Fundação Tide Setúbal, Minas Mil, Vetor Brasil, CEDECA e Periferia Invisível, além das entidades membras do Fórum de Gestão Compartilhada.

DEFINIÇÃO DOS CINCO COMPROMISSOS DO NOVO PLANO

As 20 propostas de compromissos elaboradas nas oficinas foram submetidas a mais uma consulta pública online, realizada entre os dias 15 e 30 de outubro de 2018, na qual a população deveria indicar os compromissos a serem contemplados pelo 2º Plano de Ação em Governo Aberto. Com o intuito de tirar dúvidas e proporcionar mais proximidade ao cidadão e abertura nesta etapa do processo, a Supervisão para Assuntos de Governo Aberto promoveu também uma ação presencial da consulta pública no dia 24 de outubro, no centro de São Paulo, junto com alguns membros do Fórum de Gestão Compartilhada. Ao todo, foram recebidas 2.279 contribuições válidas, cujos votos se configuraram da seguinte forma:

Tabela 4: Compromissos votados em consulta pública

TEMA	COMPROMISSO	QTDE DE VOTOS
Orçamento	Institucionalizar o orçamento participativo, por meio do Conselho Participativo Municipal e da sociedade civil, nas 32 Subprefeituras, criando regras e procedimentos a serem seguidos pelos subprefeitos incluindo: boletim informativo (impresso e virtual) e site, com linguagem amigável/cidadã, sobre o gasto executado e proposto por setor e projeto; criação de cadastro público de organizações e cidadãos para divulgação de informações; divulgação ampla e prévia das ações e discussões de orçamento participativo.	668
	Desenvolver uma plataforma com conteúdo informativo em linguagem cidadã e popular, execução por região, dados sociodemográficos por região, com integração entre as bases de dados e execução orçamentária dividida por temas, secretarias e subprefeituras.	657
	Recrutar o CPOP (Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo) que debaterá e decidirá com o cidadão sobre os projetos, as necessidades e as prioridades orçamentárias em conjunto com as Subprefeituras.	489
	Realizar a descentralização do orçamento público prevendo a sua regionalização, desde o seu planejamento à sua execução, com a abertura do seu fluxo de planejamento e prestação de contas por políticas setoriais (ex.: etnia, gênero e outros), distritos e equipamentos públicos, garantindo a transparência efetiva dessas ações.	465
Descentralização e Desenvolvimento local	Vincular os gastos públicos aos planos de ação desenvolvidos através de participação social, discutindo e deliberando coletivamente sobre as demandas territoriais, respeitando os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantindo a publicidade e acessibilidade do orçamento público de forma regionalizada e por equipamento.	726
	Estabelecer um parâmetro, com base nos critérios de equidade, para distribuição dos recursos públicos municipais, conforme previsto no Artigo 4º da Lei 16.496/16 (Lei de Fomento à Cultura nas Periferias), que prevê que 90% dos recursos sejam destinados aos distritos nos quais 10% dos domicílios tem renda per capita média de até 1/2 salário mínimo, onde 90% da população do município de São Paulo reside.	699

	Desenvolver ações de capacitação para os munícipes nas subprefeituras, envolvendo e dialogando com entidades (organizações, movimentos, associações, cooperativas, etc.) do território, a respeito do funcionamento da gestão municipal e dos espaços e formas de participação no planejamento e tomada de decisão, com o intuito de empoderá-los no controle social como atores de desenvolvimento local.	491
	Fomentar o diálogo entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, seus órgãos regionais, os Conselhos Participativos Municipais (CPM), os demais conselhos e a população de seus respectivos territórios por meio da articulação com entidades (organizações, movimentos, associações, cooperativas, etc.) locais e a realização de reuniões ordinárias dos CPM de forma itinerante nos espaços das referidas entidades.	363
Sistema de informação, Comunicação Participativa e Transparência	Desenvolver a integração entre o Diário Oficial, Portal da Transparência e o Sistema Orçamentário Financeiro (SOF), com linguagem e interfaces com o público, visando a acessibilidade, por meio de comunicação digital e física (site, clipping, mensagens, publicações), através dos pontos focais da Rede INFOAberta e agentes da sociedade civil organizada para disseminar, difundir e formar a sociedade civil e servidores públicos nesses sistemas.	879
	Criar um plano de integração dos sistemas municipais de informação, implantando conectores que extraíam os dados de diferentes fontes e os reúnam em um portal de dados abertos que adote linguagem cidadã (infraestrutura municipal de dados abertos / modelo Geosampa).	801
	Aprimorar os portais da Prefeitura, com o uso de padrões atuais da web e linguagem amigável, para promover e ampliar a participação cidadã.	406
	Desenvolver um dicionário de dados das bases municipais, aumentar as formas de acessibilidade daquelas relativas às secretarias fins, buscando integrá-las, adotando linguagem cidadã e comunicação participativa preconizadas na Lei Educom (Lei Municipal 13.941/2004).	193
Educação	Incluir no Projeto Político Pedagógico um processo de cocriação de atividades culturais e de letramento de cidadania no território e entorno da escola, com o envolvimento da comunidade escolar (APM, pais, direção, professores, alunos e funcionários), fazer valer a Portaria 6771/2013 da SME, tornando-o público, visível e também viabilizar uma agenda física e online aberta, que organize e disponibilize o uso dos espaços públicos escolares e culturais do território, e efetivar a prestação de contas das atividades realizadas no final do ano letivo (online, impressos e cartazes).	902
	Maior transparência, tecnologia e inovação para que a comunidade educativa (educadores, gestores, alunos, famílias e sociedade civil) possa acompanhar a execução dos recursos das Unidades Educacionais (UEs) e participar das decisões sobre a alocação dos investimentos.	661
	Promover com os estudantes da Rede Municipal de Ensino de São Paulo projetos baseados nos princípios de governo aberto voltados às suas Unidades Educacionais, envolvendo também as comunidades escolares e dos entornos, com a realização de eventos semestrais para apresentação dos projetos desenvolvidos e trocas de experiências.	431
	Criar uma ferramenta digital específica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo que promova a transparência e localização regionalizada nas DREs dos recursos/gastos em linguagem acessível às professoras, gestoras, pais, alunos e sociedade em geral, que inclua atividades presenciais de difusão e capacitação em escolas e no Pátio Digital.	285

Combate à Corrupção	Institucionalizar que os processos licitatórios tenham fiscalização cidadã, através de agentes da sociedade civil com atuação na respectiva temática /área comprovada e vínculo com o respectivo território, cuja seleção se dará por sorteio e de forma rotativa, garantindo a acessibilidade dos dados públicos de forma aberta, por meio de integração entre sistemas de contratos, licitações e Sistema Orçamentário Financeiro da Prefeitura do Município de São Paulo.	868
	Restringir o preenchimento de cargos comissionados do alto escalão, bem como dos cargos de gestão, diretoria, coordenação, supervisão às pessoas com atuação na área e vínculo com o território comprovados, disponibilizando publicamente os currículos dos candidatos e dos atuais ocupantes desses cargos.	732
	Aplicar a obrigatoriedade do uso do modelo de contratos abertos ("Open Contracting") para as obras da Prefeitura Municipal de São Paulo visando sua disponibilização no Geosampa e sua íntegra inserida no Portal da Transparência.	512
	Estabelecer programa de agentes territoriais para promoção da participação social, disseminando os canais de transparência e os mecanismos de interlocução com a gestão municipal.	167

DELIMITAÇÃO DE MARCOS, PRAZOS E RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO

Com os compromissos eleitos, a etapa seguinte prevista era a realização de rodas de conversa temáticas, envolvendo novamente atores do Governo e da Sociedade Civil de forma aberta, para a delimitação dos marcos, os responsáveis por suas entregas e os prazos para tal. As rodas de conversa teriam em torno de 4 horas de duração e seguiriam o cronograma abaixo, conforme estabelecido pelo Fórum de Gestão Compartilhada:

Tabela 5: Cronograma inicial de rodas de conversa para delimitação de marcos

DATA	TEMA DA RODA DE CONVERSA
06 de novembro de 2018	Combate à Corrupção
07 de novembro de 2018	Orçamento
09 de novembro de 2018	Sistema de Informação, Comunicação Participativa e Transparência
12 de novembro de 2018	Educação
13 de novembro de 2018	Descentralização e Desenvolvimento local

A metodologia das atividades ainda estava sendo organizada e possíveis facilitadores para sua condução estavam sendo levantados. Como preparação interna para esse momento, a equipe da Supervisão para Assuntos de Governo Aberto convocou reuniões de alinhamento governamental com as Secretarias envolvidas na implementação de cada um dos compromissos. Na segunda reunião de alinhamento, realizada em 1º de novembro de 2018 e referente ao tema "Combate à Corrupção", foram apontadas possíveis barreiras jurídicas para a implementação do compromisso em questão. Assim, os Gabinetes presentes

decidiram que os textos dos compromissos deveriam ser submetidos à análise jurídica e técnica antes da realização de rodas de conversa, que ficaram suspensas até novos encaminhamentos. Participaram dessa reunião os Gabinetes da Controladoria Geral do Município (CGM), Secretaria Municipal de Justiça (SMJ), Secretaria Municipal de Gestão (SG), Secretaria do Governo Municipal (SGM), Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB), Secretaria Municipal da Fazenda (SF) e Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI).

PARECERES TÉCNICOS E JURÍDICOS EMITIDOS E REPLANEJAMENTO DO PROCESSO

O primeiro parecer técnico recebido, elaborado pela Secretaria Municipal de Gestão, foi entregue em 21 de novembro. A partir disso, foi encaminhada solicitação formal à Secretaria do Governo Municipal (SGM) para emissão de parecer jurídico sobre os cinco compromissos eleitos em consulta pública, que determinou a manifestação das demais Pastas envolvidas na implementação do Plano de Ação. Assim, a solicitação foi encaminhada aos seguintes órgãos: Controladoria Geral do Município (CGM), Secretaria Municipal de Relações Sociais (SERS), Secretaria Municipal da Fazenda (SF), Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB), Secretaria Municipal de Gestão (SG), Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU)¹⁸, Secretaria Municipal de Educação (SME) e Secretaria Municipal de Justiça (SMJ).

Os últimos pareceres foram recebidos pela Supervisão para Assuntos de Governo Aberto no dia 06 de dezembro. As informações foram organizadas pela equipe e, a partir disso, foram realizadas sucessivas reuniões de alinhamento temáticas com as Pastas, a fim de discutir os pareceres, possíveis necessidades de alterações e encaminhamentos e o envolvimento de cada secretaria na implementação dos compromissos.

As reuniões dos compromissos de “Orçamento” e “Descentralização e Desenvolvimento Local” foram realizadas em 11 de dezembro de 2018. Os compromissos de “Combate à Corrupção” e “Sistemas de Informação, Comunicação Participativa e

¹⁸ Como a solicitação de SGM não citava SMDU nomeadamente, a Pasta manifestou que não emitiria pareceres concernentes aos compromissos, tendo sido desconsiderada nas reuniões de alinhamento entre Secretarias realizadas posteriormente. A Pasta seguiu, entretanto, nas reuniões ocorridas no âmbito do Fórum de Gestão Compartilhada.

Transparência” foram discutidos em 12 de dezembro de 2018 e, por fim, a reunião do compromisso de “Educação” se deu em 13 de dezembro de 2018.

Devido a compressão do calendário de cocriação e como forma de respeitar o cronograma estabelecido pela OGP, que prevê a entrega dos planos de ação 2018-2020 pelos membros subnacionais até o dia 31 de dezembro de 2018, tais reuniões de alinhamento também foram aproveitadas para a indicação, pelas Pastas, de possíveis marcos para os compromissos.

Abaixo, as sínteses dos pareceres e breves informações sobre as reuniões, cujas discussões se encaminharam para sugestão de alteração da redação original dos compromissos¹⁹. Importante ressaltar que, para além das Pastas destacadas, todas as reuniões de alinhamento governamental realizadas contaram com a presença de representantes de Assessoria Jurídica da Secretaria do Governo Municipal (SGM) e/ou da Controladoria Geral do Município (CGM), com exceção da reunião sobre o tema “Orçamento”.

A reunião de alinhamento do compromisso de Combate à Corrupção teve a participação de representantes da Supervisão para Assuntos de Governo Aberto/Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI), Controladoria Geral do Município (CGM), Secretaria Municipal de Gestão (SG), Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB), Secretaria do Governo Municipal (SGM) e Secretaria Municipal da Fazenda (SF).

Tabela 6: Síntese dos pareceres relativos ao compromisso de “Combate à Corrupção”

Compromisso no tema “Combate à Corrupção”
“Institucionalizar que os processos licitatórios tenham fiscalização cidadã, através de agentes da sociedade civil com atuação na respectiva temática /área comprovada e vínculo com o respectivo território, cuja seleção se dará por sorteio e de forma rotativa, garantindo a acessibilidade dos dados públicos de forma aberta, por meio de integração entre sistemas de contratos, licitações e Sistema Orçamentário Financeiro da Prefeitura do Município de São Paulo.”
Pontos de destaque dos pareceres: <ul style="list-style-type: none">• O processo de licitação, previsto no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, é regido principalmente, no âmbito federal pela Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02 (modalidade pregão) e, no âmbito municipal, pela Lei Municipal nº 13.278/02 e Decreto Municipal nº 54.102/2013 (pregão

¹⁹ A íntegra de todo o processo, contendo todos os encaminhamentos e pareceres completos emitidos por cada Secretaria podem ser encontrados através do mecanismo de consulta pública da Plataforma SEI, já destacada como uma ferramenta de Governo Aberto neste documento. Para localizá-lo, basta utilizar o número do processo: 6073.2018/0000357-3.

eletrônico), sendo conduzido por uma Comissão de Licitação, que poderá ser permanente ou especial, devidamente nomeada pela autoridade competente, ou, no caso do Pregão, pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, todos integrantes dos quadros funcionais da administração pública. Apresenta-se inviável juridicamente a previsão da participação de um cidadão não integrante dos quadros funcionais da administração municipal em Comissão de Licitação ou Equipe de Apoio de Pregoeiro.

- Já há instrumentos que permitam que quaisquer cidadãos acompanhem e exerçam o controle social das contratações e licitações públicas. A fiscalização cidadã pode ocorrer através do acesso às informações sobre os processos licitatórios realizados pelo município disponibilizados nos portais da Bolsa Eletrônica de Compras - BEC, do Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET ou do sistema licitações-e do Banco do Brasil, uma vez que todos os certames devem ser realizados por um desses sistemas, além de informações publicadas no Diário Oficial da Cidade, nos sistemas e-negócios da Cidade de São Paulo e no Portal da Transparência. Além disso, todos os certames licitatórios da Prefeitura de São Paulo possuem registro e formalização em processo administrativo eletrônico, disponível no Sistema Eletrônico de Informações - SEI. Ainda, informações relacionadas aos certames também podem ser solicitadas nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011, regulamentada no município pelo Decreto Municipal nº 53.623/12).

Encaminhamento: promover aprimoramentos nos instrumentos e ferramentas de acesso à informação e controle social já existentes, além de desenvolver ações de formação e melhor divulgação sobre tais instrumentos.

A partir das informações resumidas na Tabela 6, indicou-se a seguinte proposta de redação para o compromisso:

“Garantir a acessibilidade dos dados públicos de forma aberta, por meio de integração e qualificação de informações disponibilizadas sobre contratos, licitações e execução orçamentária / financeira do município de São Paulo, aprimorando os mecanismos já existentes, possibilitando melhores condições para a fiscalização cidadã dos processos licitatórios”

A reunião de alinhamento do compromisso do tema Descentralização e Desenvolvimento Local contou com a participação de representantes da Supervisão para Assuntos de Governo Aberto/Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI); Controladoria Geral do Município (CGM); Secretaria do Governo Municipal (SGM); Secretaria Municipal de Gestão (SG); Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB); e Secretaria Municipal da Fazenda (SF).

Tabela 7: Síntese dos pareceres relativos ao compromisso de “Descentralização e Desenvolvimento Local”

Compromisso no tema “Descentralização e Desenvolvimento Local”

“Vincular os gastos públicos aos planos de ação desenvolvidos através de participação social, discutindo e deliberando coletivamente sobre as demandas territoriais, respeitando os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantindo a publicidade e acessibilidade do orçamento público de forma regionalizada e por equipamento.”

Pontos de destaque dos pareceres:

- A vinculação de gastos é vedada pela Constituição Federal, nos termos do inciso IV do art. 167, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos (referidos pelos arts. 158 e 159), a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo.
- Não há casos previstos em que a vinculação possa ser praticada por municípios.

Encaminhamento: Alteração do termo “vincular”.

A partir das informações resumidas na Tabela 7, indicou-se a seguinte proposta de redação para o compromisso:

“Priorizar nos gastos públicos planos de ação desenvolvidos através de participação social, discutindo e deliberando coletivamente sobre as demandas territoriais, respeitando os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantindo a publicidade e acessibilidade do orçamento público de forma regionalizada e por equipamento.”

A última reunião de alinhamento que resultou em sugestões de alterações no texto do compromisso foi a de Educação, com a participação de representantes da Supervisão para Assuntos de Governo Aberto/Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI), Secretaria Municipal de Educação (SME) e Controladoria Geral do Município (CGM).

Tabela 8: Síntese dos pareceres relativos ao compromisso de “Educação”

Compromisso no tema “Educação”
“Incluir no Projeto Político Pedagógico um processo de cocriação de atividades culturais e de letramento de cidadania no território e entorno da escola, com o envolvimento da comunidade escolar (APM, pais, direção, professores, alunos e funcionários), fazer valer a Portaria 6771/2013 da SME, tornando-o público, visível e também viabilizar uma agenda física e online aberta, que organize e disponibilize o uso dos espaços públicos escolares e culturais do território, e efetivar a prestação de contas das atividades realizadas no final do ano letivo (online, impressos e cartazes).”
Pontos de destaque dos pareceres:
<ul style="list-style-type: none">• A interferência na cocriação de atividades pedagógicas viola os preceitos de autonomia, autogestão e protagonismo das escolas, preconizados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.934/1996) em seus art. 12, 13 e 14.• A elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), documentos norteadores das Unidades Educacionais (UEs), são elaborados anualmente considerando estudos prévios e projetos já desenvolvidos pelas próprias unidades, além da participação de docentes, equipe gestora e comunidade. Os PPPs são documentos públicos e disponíveis para consulta de qualquer interessado

que o solicite ao gestor de cada escola.

- A difusão do conceito cidadania já é promovida pela SME e por suas unidades escolares por meio de atividades diversas em cada comunidade e do Currículo da Cidade lançado em dezembro de 2017, construído a partir de um amplo processo participativo, envolvendo mais de 42 mil estudantes e 16 mil profissionais da educação, com diretrizes que propõem uma sociedade mais inclusiva, democrática, próspera e sustentável.
- A portaria mencionada na escrita do compromisso foi revogada e já substituída por outros quatro normativos, pois esta é emitida anualmente e dispõe sobre diretrizes e orientações às unidades escolares para sua organização no ano letivo seguinte.
- Cada Unidade Educacional (UE) organiza sua agenda de atividades, que está disponível em cada local para consulta e na página oficial da SME, sendo que a utilização dos espaços é possível mediante agendamento prévio, e de acordo com a disponibilidade e deliberação de seu Conselho Escolar.

Encaminhamento: Assunção das outras três propostas de compromissos no tema encaminhadas para consulta pública, por meio da aglutinação das propostas em um só compromisso, ou da previsão das demais ações sugeridas nos marcos do segundo compromisso mais votado²⁰.

A partir das informações resumidas na Tabela 8, indicou-se as seguintes propostas de alteração no compromisso:

1. Aglutinação da segunda e quarta propostas mais votadas em consulta pública (devido à afinidade entre as ações)

“Maior transparência, tecnologia e inovação para que a comunidade educativa (educadores, gestores, alunos, famílias e sociedade civil) possa acompanhar a execução dos recursos das Unidades Educacionais (UEs) e participar das decisões sobre a alocação dos investimentos. Uma ferramenta digital deverá ser criada para permitir a localização regionalizada nas DREs dos recursos/gastos em linguagem acessível.”
(Aglutinação da segunda e quarta propostas)

2. Adoção da segunda proposta mais votada em consulta pública, mantendo seu texto, e incorporando a terceira e a quarta proposta nos marcos:

“Maior transparência, tecnologia e inovação para que a comunidade educativa (educadores, gestores, alunos, famílias e sociedade civil) possa acompanhar a execução dos recursos das Unidades Educacionais (UEs) e participar das decisões sobre a alocação dos investimentos.”

²⁰ Texto atualizado em janeiro/2019 por inconsistências na redação.

Tais proposições, junto com as sugestões de marcos das Pastas, foram apresentadas posteriormente para contribuições e validação do Fórum de Gestão Compartilhada em reuniões realizadas em 14 e 17 de dezembro²¹. Nas ocasiões, membros da sociedade civil indicaram novos marcos e promoveram alterações em algumas ações propostas. Os compromissos e seus marcos resultantes de todas essas atividades e articulações são trazidos na próxima seção deste documento.

AJUSTES FINAIS NO PLANO EM 2019

Nos primeiros meses de 2019, segundo análises da Prefeitura Municipal de São Paulo, foram necessárias algumas mudanças nos textos dos compromissos 1 e 2, visando a capacidade operacional e técnica de concretização dos mesmos. Segue abaixo o detalhamento dessas mudanças e de sua incorporação neste plano.

Março de 2019

Compromisso 1

Em março de 2019, o texto do marco 5 deste compromisso foi alterado conforme solicitação da Secretaria da Fazenda (SF) e da Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB), haja visto a impossibilidade de manter o termo “deliberativo” no mesmo. O novo texto foi definido em reunião ordinária do Fórum de Gestão Compartilhada em 27/03/2019 e confirmada pela a SF segundo consta no processo SEI nº 6011.2019/0000370-4 .

O texto:

²¹ Atualizado em Janeiro/2019 – a reunião realizada no dia 17 não havia sido mencionada na versão anterior.

Marco 5: “Garantir a implementação de mecanismo deliberativo de participação, planejamento, execução e controle social do orçamento da cidade de São Paulo por meio dos Conselhos Participativos Municipais”

Foi substituído por

Marco 5: “Garantir a implementação de mecanismo de participação, planejamento, execução e controle social do orçamento da cidade de São Paulo por meio dos Conselhos Participativos Municipais”

Maio de 2019

Compromisso 1

Em maio de 2019, após reuniões entre o Gabinete do Prefeito, a Controladoria Geral do Município, a Secretaria Especial de Relações Sociais, a Secretaria da Fazenda, a Secretaria do Governo Municipal, a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal da Fazenda, e a Secretaria Municipal de Subprefeituras, os textos do compromisso 1 e de seus marcos 3 e 5 foram alterados e a nova redação foi submetida para deliberação do Fórum de Gestão Compartilhada nas reuniões ordinária do dia 19/06/2019 e extraordinária de 03/07/2019 (apresentadas adiante).

Os textos:

Compromisso: “Institucionalizar o orçamento participativo, por meio do Conselho Participativo Municipal e da sociedade civil, nas 32 Subprefeituras, criando regras e procedimentos a serem seguidos pelos subprefeitos incluindo: boletim informativo (impresso e virtual) e site, com linguagem amigável/cidadã, sobre o gasto executado e proposto por setor e projeto; criação de cadastro público de organizações e cidadãos para divulgação de

informações; divulgação ampla e prévia das ações e discussões de orçamento participativo.”

Marco 3: “Realizar ações para qualificar a atuação dos conselheiros participativos municipais, incluindo a oferta de capacitação por meio de parcerias com órgãos públicos e privados, nas temáticas relacionadas à gestão e políticas públicas, planejamento orçamentário, participação social e acesso a dados.”

Marco 5: “Garantir a implementação de mecanismo participativo de planejamento orçamentário e controle social da execução do orçamento da cidade de São Paulo por meio dos Conselhos Participativos Municipais.”

Foram substituídos por:

Compromisso: “Disponibilizar instrumentos de transparência da gestão fiscal, dando ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer e os relatórios de gestão fiscal.”

Marco 3: “Realizar ações para facilitar a atuação dos conselheiros municipais, incluindo a oferta de capacitação por meio de parcerias com órgãos públicos e privados, nas temáticas relacionadas à gestão e políticas públicas, planejamento orçamentário, participação social e acesso a dados.”

Marco 5: “Garantir a implementação de mecanismo participativo de planejamento orçamentário e controle social da execução do orçamento da cidade de São Paulo por meio de audiências públicas.”

As alterações realizadas tiveram como fim dar transparência, publicidade e amplo acesso para a população das peças orçamentárias e sua execução (Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária), da prestação de contas e do seu respectivo parecer, bem

como dos relatórios de execução fiscal, o que irá facilitar a participação e o controle da população sobre o orçamento.

O Marco 3 tem como fim assegurar a atuação dos Conselheiros Municipais por meio da oferta de capacitação e realização de parcerias com órgãos públicos e privados, com temas relacionados a gestão e políticas públicas, planejamento orçamentário, participação social e acesso a dados.

Por fim, a modificação do Marco 5 foi realizada com o fim de implementar o mecanismo de participação e controle social em audiências públicas, de acordo com o instituído pelo Decreto nº 57.802/2017, que prevê a garantia de participação popular na elaboração das peças orçamentárias por meio da participação direta dos(as) cidadãos(ãs) em audiências públicas regionais, a serem realizadas nas 32 subprefeituras.

Compromisso 2

Na mesma data, também por indicação das secretarias acima citadas, foram propostas alterações no compromisso 2, que também foram submetidas ao Fórum de Gestão Compartilhada para aprovação. Os textos:

Compromisso: “Priorizar nos gastos públicos planos de ação desenvolvidos através de participação social, discutindo e deliberando coletivamente sobre as demandas territoriais, respeitando os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantindo a publicidade e acessibilidade do orçamento público de forma regionalizada e por equipamento.”

Marco 1: “Elaborar os Planos de Ação Regionais e Planos de Bairro, decorrentes do Plano Diretor Estratégico, conforme previsto na Lei nº16.050/2014 e decretos que o regulamentem.”

Marco 2: “Garantir a implementação dos Planos de Ação e Planos de Bairro elaborados.”

Foram substituídos por:

Compromisso: “Elaborar os Planos de Ação das Subprefeituras, ouvindo as demandas territoriais, os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantindo a publicidade e acessibilidade do orçamento público.”

Marco 1: “Elaborar os Planos de Ação Regionais, decorrentes do Plano Diretor Estratégico, conforme previsto na Lei nº16.050/2014 e decretos que o regulamentem.”

Marco 2: “Garantir a implementação dos Planos de Ação elaborados.”

Tal fato se deve a diagnósticos realizados pela SGM e de reuniões realizadas entre SGM, SMSUB e SMDU, a partir dos quais concluiu-se pela limitação operacional da Prefeitura para elaboração e implementação dos Planos de Bairro. No mesmo sentido, atualmente, não há uma definição formal e oficial de bairros na cidade de São Paulo, nem mesmo uma metodologia pré-definida para determinação geográfica dos bairros. Nas hipóteses levantadas, uma demarcação de bairros feita com participação social, acompanhada de estudos geofísicos, históricos e sociais das localidades demandaria uma equipe muito maior do que a atual equipe disponível de SMSUB e SMDU, além de um tempo de execução que excederia em muito o tempo deste Plano de Ação em Governo Aberto.

Em reunião ordinária do Fórum de Gestão Compartilhada em 19 de junho de 2019, as alterações dos compromissos 1 e 2 realizadas em maio foram apresentadas pelo Secretário-Adjunto, Alexis Vargas, responsável pelos projetos estratégicos de Governo. As representações da sociedade civil do Fórum de Gestão Compartilhada demonstraram desacordo em relação à mudança, pelo qual decidiu por 1) rediscussão das alterações no compromisso 1 numa reunião ordinária em 03 de julho de 2019, 2) rediscussão das alterações do compromisso 2 numa reunião do Grupo de Trabalho do Compromisso 2 em 02/07/2019, para apresentação de proposta na referida reunião extraordinária de 03 de julho de 2019.

Na reunião do Grupo de Trabalho do Compromisso 2 em 02/07/2019 decidiu-se, por consenso, em acatar as alterações nos marcos do compromisso e em adicionar um novo marco, com a seguinte redação:

“Elaborar e publicizar um guia para desenvolvimento de planos de bairro”

Entretanto, não houve consenso sobre a mudança no texto do compromisso. A sociedade civil presente na reunião foi contrária a alterações no texto do compromisso enquanto as representações da Prefeitura de São Paulo se mostraram favoráveis às mudanças.

Na reunião extraordinária do Fórum de Gestão compartilhada de 03 de julho de 2019, após debate inicial e inexistência de consenso entre os representantes reunidos, decidiu por votação:

- 1) A consolidação das mudanças sugeridas pela PMSP no texto do compromisso 1 e nos textos de seus marcos, seguindo os seguintes resultados

Favoráveis às alterações	Contrários às Alterações
Controladoria Geral do Município	Agente de Governo Aberto
Secretaria do Governo Municipal	Associação de Projetos Integrados e Desenvolvimento Sustentável
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	Fundação Escola de Comércio - Álvares Penteado
Secretaria Municipal de Gestão	Fundação Tide Setúbal
Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	Movimento Cultural das Periferias
Secretaria Municipal de Relações Internacionais	Rede pela Transparência e Participação Social
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	WRI Brasil
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	-
Total: 8	Total: 7

2) A consolidação das mudanças sugeridas pela PMSP no texto do compromisso 2, seguindo os seguintes resultados:

Favoráveis às alterações	Contrários às Alterações
Controladoria Geral do Município	Agente de Governo Aberto
Secretaria do Governo Municipal	Associação de Projetos Integrados e Desenvolvimento Sustentável
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	Fundação Escola de Comércio - Álvares Penteado
Secretaria Municipal de Gestão	Fundação Tide Setúbal
Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	Movimento Cultural das Periferias
Secretaria Municipal de Relações Internacionais	Rede pela Transparência e Participação Social
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	WRI Brasil
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	-
Total: 8	Total: 7

Definidas estas questões, encerraram-se as alterações neste plano de ação em governo aberto.

COMPROMISSOS DO 2º PLANO DE AÇÃO EM GOVERNO ABERTO

Compromisso no. 1: “Orçamento”	
Disponibilizar instrumentos de transparência da gestão fiscal, dando ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer e os relatórios de gestão fiscal.	
Data de início e término do compromisso: Janeiro/2019 - Agosto/2020	
Órgão/instituição coordenador(a) da implementação	Secretaria da Fazenda ²²
Descrição do Compromisso	
Qual o problema público a ser abordado pelo compromisso?	Ainda que existam mecanismos que possibilitem os cidadãos participarem do orçamento do município de São Paulo, há uma pressão por parte da sociedade civil para qualificação e ampliação dos espaços e formas de participação. Além disso, aponta-se a demanda por uma linguagem mais clara na disponibilização de informações orçamentárias e financeiras, bem como por sua divulgação mais ampla.
Objetivo(s) e resultado(s) esperado(s)	Com a implementação deste compromisso, espera-se possibilitar melhores condições para o exercício do controle social do orçamento municipal, bem como aprimorar e ampliar suas formas de participação pela sociedade.
Como o compromisso contribuirá para a resolução do problema identificado?	Ao estabelecer um Grupo de Trabalho, com representações de governo e sociedade civil, busca-se identificar possibilidades de aprimoramento dos mecanismos de controle social e participação do orçamento. Também atua para qualificar a atuação dos conselheiros, munindo-os de mais ferramentas e informações para o cumprimento de suas atribuições. Além disso, propõe-se a aprimorar canais e ferramentas de comunicação com a população, com vias de qualificar o acesso à informação.
Por que esse compromisso é relevante para os princípios e valores da OGP?	Este compromisso visa contribuir para o aprimoramento dos mecanismos de participação e controle social do orçamento do município, sendo relevante para o fortalecimento da participação cidadã. Além disso, visa contribuir para a qualificação das informações orçamentárias disponibilizadas pela Prefeitura de São Paulo, sendo assim relevante para o fortalecimento e ampliação da transparência, do acesso à informação e, indiretamente, da integridade pública.
Informações Adicionais	Atualmente, a participação popular na elaboração das peças orçamentárias ocorre através de audiências públicas realizadas nas 32 Subprefeituras, como previsto pelo Decreto nº 57.802/2017. O Decreto nº 56.208/2015, regulamentando artigos da Lei nº 15.764/2013, atribui aos Conselhos Participativos Municipais, entre outras coisas, o monitoramento da execução orçamentária no âmbito de seu território. Além disso, dados contábeis da prefeitura de São

²² No início de 2019, devido a mudanças nos Gabinetes das Pastas diretamente envolvidas na execução deste compromisso - a saber, Secretaria do Governo Municipal (SGM) e Secretaria Municipal da Fazenda (SF) - a Secretaria Municipal de Relações Internacionais, por meio da Supervisão para Assuntos de Governo Aberto, havia assumido em caráter de exceção a coordenação desta ação, com o intuito de encaminhá-lo aos devidos atores a partir do início de sua implementação. Com a transferência da Supervisão para Assuntos de Governo Aberto para a Secretaria do Governo Municipal ([Decreto nº 58.596/2019](#)), a mesma passou a coordenar este compromisso. A partir de abril de 2019, com o avanço das articulações acerca do compromisso, a Secretaria da Fazenda passou, a coordenar o mesmo (processo SEI nº 6011.2019/0000370-4).

	Paulo estão disponíveis no Portal da Transparência e dados orçamentários provenientes do sistema Orçamentário Financeiro (SOF) são disponibilizados por meio de APIs públicas.	
Marcos mensuráveis e verificáveis para o cumprimento do compromisso	Data de Início:	Data de Término:
1.1 Estabelecer um Grupo de Trabalho intersecretarial com representações da sociedade civil do FGC para aprimorar os mecanismos de controle social do orçamento municipal.	Fevereiro/2019	Junho/2019
1.2 Realizar e divulgar levantamento de projetos e iniciativas de participação na temática orçamentária existentes na Prefeitura.	Julho/2019	Junho/2020
1.3 Realizar ações para facilitar a atuação dos conselheiros municipais, incluindo a oferta de capacitação por meio de parcerias com órgãos públicos e privados, nas temáticas relacionadas à gestão e políticas públicas, planejamento orçamentário, participação social e acesso a dados.	Março/2019	Julho/2020
1.4 Ampliar e aprimorar os canais e ferramentas de comunicação com a população a respeito do planejamento, execução e controle orçamentário, adotando linguagem clara e acessível.	Julho/2019	Julho/2020
1.5 Garantir a implementação de mecanismo participativo de planejamento orçamentário e controle social da execução do orçamento da cidade de São Paulo por meio de audiências públicas.	Agosto/2019	Agosto/2020
Informações de Contato		
Nome do responsável no órgão/instituição coordenador(a) da implementação	Fabiano Martins de Oliveira	
Cargo e Departamento responsável	Subsecretário - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Municipal	
E-mail e Telefone	fabianodeoliveira@prefeitura.sp.gov.br / 2873 - 6240	
Demais órgãos e instituições envolvidos	Governo	Controladoria Geral do Município (CGM); Secretaria Municipal de Gestão (SG); Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB); Secretaria Municipal da Fazenda (SF); Tribunal de Contas do Município (TCM); Secretaria Especial de Relações Sociais (SERS) e; Supervisão para Assuntos de Governo Aberto (SAGA)/Secretaria do Governo Municipal (SGM).
	Sociedade Civil	Associação de Projetos Integrados e Desenvolvimento Sustentável (PIDS); Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP); Movimento Cultural das Periferias (MCP) e;

		Representação dos Agentes de Governo Aberto no Fórum de Gestão Compartilhada.
--	--	---

Compromisso no. 2: “Descentralização e Desenvolvimento Local”	
Elaborar os Planos de Ação das Subprefeituras, ouvindo as demandas territoriais, os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantindo a publicidade e acessibilidade do orçamento público.	
Data de início e término do compromisso: Janeiro/2019 - Agosto/2020	
Órgão/instituição coordenador(a) da implementação	Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB)
Descrição do Compromisso	
Qual o problema público a ser abordado pelo compromisso?	Durante o processo de cocriação, foi apontado pela sociedade civil a inexistência de garantia de execução de planos de ação construídos de forma participativa, devido a não-previsão de orçamento para sua implementação, ou mesmo o adiamento de sua elaboração. É o caso dos Planos de Ações Regionais e Planos de Bairro, previstos no Plano Diretor Estratégico (Lei N. 16.050/2014), cujo prazo de elaboração e implementação não foi cumprido (conforme previsto pelo Decreto nº 57.537/2016).
Objetivo(s) e resultado(s) esperado(s)	Com a implementação deste compromisso, busca-se viabilizar a elaboração dos planos acima mencionados de forma participativa, como previsto pela legislação, e em diálogo com os Conselhos Participativos Municipais e os respectivos territórios. É esperada a elaboração e implementação dos Planos acima mencionados, por meio de processo participativo, detalhando as diretrizes constantes do Plano Diretor Estratégico no âmbito de cada uma das 32 Subprefeituras. A ação deve articular políticas setoriais e complementares às proposições relacionadas às questões urbanístico-ambientais em seus aspectos físicos e territoriais.
Como o compromisso contribuirá para a resolução do problema identificado?	O compromisso prevê não apenas a elaboração, mas também a implementação dos Planos de Ação Regionais e Planos de Bairro. Uma vez prontos, é possível buscar a inserção dos planos na agenda da elaboração do orçamento do município, visando sua priorização nos gastos públicos. Além disso, a concretização deste compromisso, bem como dos demais contidos neste Plano também contribuem, indiretamente, para a resolução do problema apontado. ²³
Por que esse compromisso é relevante para os princípios e valores da OGP?	Ao buscar garantir a elaboração e implementação dos planos supramencionados, o compromisso contribui para o fortalecimento dos espaços e ferramentas de participação, possibilitando que os cidadãos indiquem suas demandas e prioridades regionais.
Informações Adicionais	

²³ Texto atualizado em janeiro/2019 por inconsistências na redação.

Marcos mensuráveis e verificáveis para o cumprimento do compromisso		Data de Início:	Data de Término:
2.1 Elaborar os Planos de Ação Regionais, decorrentes do Plano Diretor Estratégico, conforme previsto na Lei nº16.050/2014 e decretos que o regulamentem.		Janeiro/2019	Dezembro/2019
2.2 Garantir a implementação dos Planos de Ação elaborados.		Janeiro/2020	Agosto/2020
2.3 Assegurar a divulgação ampla, em formato aberto e em linguagem clara e acessível, dos planos supracitados.		Janeiro/2020	Agosto/2020
2.4 Elaborar e publicizar um guia para desenvolvimento de planos de bairro		Janeiro/2020	Agosto/2020
Informações de Contato			
Nome do responsável no órgão/instituição coordenador(a) da implementação		Alexandre Modonezi de Andrade	
Cargo e Departamento		Secretário Municipal das Subprefeituras	
E-mail e Telefone		+55 11 4934-3000	
Demais órgãos e instituições envolvidos	Governo	Secretaria Municipal de Gestão (SG); Secretaria Municipal da Fazenda (SF); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e; Supervisão para Assuntos de Governo Aberto (SAGA)/Secretaria do Governo Municipal (SGM) ²⁴ .	
	Sociedade Civil	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP); Associação de Projetos Integrados e Desenvolvimento Sustentável (PIDS) e; Representação dos Agentes de Governo Aberto no Fórum de Gestão Compartilhada.	

²⁴ Devido à transferência da Supervisão para Assuntos de Governo Aberto para a Secretaria do Governo Municipal ([Decreto nº 58.596/2019](#)), a SMRI não mais participará da execução deste compromisso.

Compromisso no. 3: “Sistema de Informação, Comunicação Participativa e Transparência”

Desenvolver a integração entre o Diário Oficial, Portal da Transparência e o Sistema Orçamentário Financeiro (SOF), com linguagem e interfaces com o público, visando a acessibilidade, por meio de comunicação digital e física (site, clipping, mensagens, publicações), através dos pontos focais da Rede INFOAberta e agentes da sociedade civil organizada para disseminar, difundir e formar a sociedade civil e servidores públicos nesses sistemas.

Data de início e término do compromisso: Janeiro/2019 - Agosto/2020

Órgão/instituição coordenador(a) da implementação

Controladoria Geral do Município (CGM)

Descrição do Compromisso

Qual o problema público a ser abordado pelo compromisso?	A Prefeitura de São Paulo dispõe de diversos portais e sistemas que disponibilizam informações públicas, nem sempre de forma integrada ou em linguagem acessível à população. Além disso, a partir das demandas apontadas pelos cidadãos ao longo do processo de cocriação, identificou-se que os usos dos mecanismos que possibilitam o acesso à informação pela população ainda não são plenamente conhecidos por ela.	
Objetivo(s) e resultado(s) esperado(s)	Com a implementação deste compromisso, espera-se disponibilizar informações à população de forma mais qualificada, além de capacitar servidores e cidadãos para ampliar o uso dos portais e sistemas disponíveis em suas potencialidades.	
Como o compromisso contribuirá para a resolução do problema identificado?	Ao buscar formas de aprimorar portais de acesso à informação, prevendo ainda ações de formação e melhor divulgação dos portais e sistemas existentes, o compromisso contribuirá para a disponibilização de informações públicas de forma mais integrada, em linguagem mais acessível, e para maior exploração das potencialidades dos portais e sistemas mencionados pelos cidadãos e servidores.	
Por que esse compromisso é relevante para os princípios e valores da OGP?	As ações previstas neste compromisso buscam melhorar a qualidade do acesso à informação pelos cidadãos, mostrando-se relevante para o fortalecimento da transparência e da integridade pública.	
Informações Adicionais		
Marcos mensuráveis e verificáveis para o cumprimento do compromisso	Data de Início:	Data de Término:
3.1 Aprimorar o Portal da Transparência, garantindo melhor usabilidade.	Janeiro/2019	Dezembro/2019
3.2 Desenvolver ações e materiais informativos para o cidadão em relação à utilização dos três portais e sistemas mencionados.	Janeiro/2019	Junho/2020
3.3 Formação para Rede INFOAberta em relação à utilização dos três portais e sistemas mencionados.	Janeiro/2020	Agosto/2020
3.4 Desenvolver estudo de viabilidade de implantação de plataforma de comunicação e participação social.	Janeiro/2019	Dezembro/2019
3.5 Incentivar, por meio do edital do Programa Agentes de Governo Aberto, a inscrição de projetos relacionados a acesso à informação e utilização dos portais e sistemas mencionados.	Janeiro/2019	Agosto/2020

Informações de Contato	
Nome do responsável no órgão/instituição coordenador(a) da implementação	Gustavo Ungaro
Cargo e Departamento	Controlador Geral do Município, Controladoria Geral do Município (CGM)
E-mail e Telefone	controladoriageral@prefeitura.sp.gov.br +55 11 3113-8234
Demais órgãos e instituições envolvidos	Governo Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT); Secretaria Municipal de Gestão (SG); Secretaria Municipal da Fazenda (SF); Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB); Supervisão para Assuntos de Governo Aberto (SAGA)/Secretaria do Governo Municipal (SGM); e Tribunal de Contas do Município (TCM). ²⁵
	Sociedade Civil Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS); Instituto Update; Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP); e Movimento Cultural das Periferias (MCP).

Compromisso no. 4: “Educação”	
<p>Maior transparência, tecnologia e inovação para que a comunidade educativa (educadores, gestores, alunos, famílias e sociedade civil) possa acompanhar a execução dos recursos das Unidades Educacionais (UEs) e participar das decisões sobre a alocação dos investimentos.</p>	
<p>Data de início e término do compromisso: Janeiro/2019 - Agosto/2020</p>	
Órgão/instituição coordenador(a) da implementação	Secretaria Municipal de Educação (SME)
Descrição do Compromisso	
Qual o problema público a ser abordado pelo compromisso?	Cerca de 10 bilhões de reais são alocados anualmente no orçamento da educação pública da cidade de São Paulo. No entanto, na forma como o orçamento e sua execução são divulgados hoje, com seus códigos e termos técnicos, as informações são de difícil compreensão e não permitem aos cidadãos obter detalhes das despesas nem identificar a regionalização dos gastos por área da cidade ou por escola.
Objetivo(s) e resultado(s) esperado(s)	Com a implementação deste compromisso, espera-se a ampliação da transparência e do acesso à informação sobre o orçamento utilizado para manutenção das políticas educacionais da cidade de São Paulo, permitindo o acompanhamento pelos cidadãos da execução de tais recursos.

²⁵ Devido à transferência da Supervisão para Assuntos de Governo Aberto para a Secretaria do Governo Municipal ([Decreto nº 58.596/2019](#)), a SMRI não mais participará da execução deste compromisso.

<p>Como o compromisso contribuirá para a resolução do problema identificado?</p>	<p>O desenvolvimento de instrumentais que traduzam em linguagem cidadã o orçamento da Secretaria Municipal de Educação, considerando a dimensão territorial, aumentará sem precedentes a transparência efetiva do órgão em relação aos seus recursos, além de instrumentalizar a sociedade com mecanismos e informações que permitirão maior acompanhamento sobre a forma como eles são gastos e as ações executadas em prol da manutenção das políticas educacionais do município.</p>	
<p>Por que esse compromisso é relevante para os princípios e valores da OGP?</p>	<p>Este compromisso é fundamental ao proporcionar maior transparência aos dados da execução orçamentária da Educação, de forma regionalizada, garantindo maior acessibilidade pelo público de informações mais completas e detalhadas. A partir disso, criam-se melhores condições para que os cidadãos se informem e possam participar, de forma mais qualificada, das decisões relacionadas à alocação de investimentos nas unidades.</p>	
<p>Informações Adicionais</p>	<p>Em abril de 2017, a SME deu início à sua Política de Governo Aberto, denominada Pátio Digital. Desde então, tem se empenhado no sentido de promover a abertura de seus dados, processos, conteúdos e tecnologias, com vistas a implementação efetiva dos princípios de governo aberto na Pasta, com o foco na geração de confiança com a sociedade. O compromisso, quando concluído, se configurará como mais um passo importante nesse movimento de consolidação desse processo de abertura promovido pela Pasta.</p>	
<p>Marcos mensuráveis e verificáveis para o cumprimento do compromisso</p>	<p>Data de Início:</p>	<p>Data de Término:</p>
<p>4.1 Desenvolvimento de ferramenta digital para permitir a localização regionalizada nas Diretorias Regionais de Educação (DREs) e Unidades Educacionais (UEs) da execução dos recursos e transferências públicas em linguagem acessível.</p>	<p>Janeiro/2019</p>	<p>Agosto/2020</p>
<p>4.2 Promover encontros abertos e formações com a sociedade civil sobre os mecanismos de acompanhamento e controle social dos recursos orçamentários da Educação.</p>	<p>Janeiro/2019</p>	<p>Agosto/2020</p>
<p>4.3 Promover com os estudantes da Rede Municipal de Ensino de São Paulo projetos baseados nos princípios de governo aberto voltados às suas Unidades Educacionais, envolvendo também as comunidades escolares e dos entornos.</p>	<p>Agosto/2019</p>	<p>Agosto/2020</p>
<p>4.4 Realizar eventos para apresentação dos projetos de governo aberto desenvolvidos nas Unidades Educacionais e trocas de experiências entre os estudantes.</p>	<p>Novembro/2019</p>	<p>Agosto/2020</p>
<p>Informações de Contato</p>		

Nome do responsável no órgão/instituição coordenador(a) da implementação		João Cury Neto e Daniel Funcia de Bonis ²⁶
Cargo		Secretário Municipal de Educação e Secretário-Adjunto de Educação, respectivamente
Departamento responsável		Coordenadoria de Transparência Ativa e Controle Interno (COTAC)
E-mail e Telefone		smecotac@sme.prefeitura.sp.gov.br +55 11 3396-0257
Demais órgãos e instituições envolvidos	Governo	
	Sociedade Civil	Associação de Projetos Integrados e Desenvolvimento Sustentável (PIDS); Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP); e Movimento Cultural das Periferias (MCP).

Compromisso no. 5: “Combate à Corrupção”

Garantir a acessibilidade dos dados públicos de forma aberta, por meio de integração e qualificação de informações disponibilizadas sobre contratos, licitações e execução orçamentária / financeira do município de São Paulo, aprimorando os mecanismos já existentes, possibilitando melhores condições para a fiscalização cidadã dos processos licitatórios.

Data de início e término do compromisso: Janeiro/2019 - Agosto/2020

Órgão/instituição coordenador(a) da implementação

Controladoria Geral do Município (CGM)

Descrição do Compromisso

Qual o problema público a ser abordado pelo compromisso?

Dados sobre os processos licitatórios e execução orçamentária/financeira da Prefeitura de São Paulo são divulgados em diferentes portais e sistemas, como o Portal da Transparência, Diário Oficial da Cidade de São Paulo, Sistema Orçamentário Financeiro (SOF) e e-Negócios da Cidade de São Paulo, mas nem sempre a íntegra das informações é disponibilizada, ou não é disponibilizada de forma integrada e/ou em formato aberto. Além disso, muitos dos mecanismos que possibilitam a fiscalização cidadã dos processos licitatórios ainda são desconhecidos pela população.

Objetivo(s) e resultado(s) esperado(s)

Com a implementação deste compromisso, espera-se alcançar maior integração das informações relacionadas aos processos licitatórios e execução orçamentária/financeira. Informar melhor os cidadãos acerca dos mecanismos de fiscalização cidadã existentes, garantindo assim formas mais efetivas de controle social, também é um dos objetivos.

²⁶ Atualizado em abril/2019.

<p>Como o compromisso contribuirá para a resolução do problema identificado?</p>	<p>Buscando compreender as formas de disponibilização dos dados acima mencionados, será possível apontar suas possíveis limitações e possibilidades de aprimoramento. Além disso, prevê-se o aperfeiçoamento dos fluxos internos de disponibilização de informação, visando a publicização de dados de forma mais completa e qualificada, além de ações de formação voltadas aos cidadãos e aos servidores que trabalham com licitações, conferindo melhores condições de acompanhamento e atuação por tais atores.</p>	
<p>Por que esse compromisso é relevante para os princípios e valores da OGP?</p>	<p>As ações presentes neste compromisso visam aprimorar os mecanismos de transparência da Prefeitura de São Paulo, permitindo maior controle social, especialmente em relação a processos licitatórios e contratações públicas. Para além de buscar qualificar a transparência, o compromisso também é relevante para o fortalecimento da integridade pública, pois direciona-se a um dos procedimentos mais popularmente associados a desvios e atos escusos na administração pública, visando melhores condições de responsividade e responsabilização pelo poder público.</p>	
<p>Informações Adicionais</p>		
<p>Marcos mensuráveis e verificáveis para o cumprimento do compromisso</p>	<p>Data de Início:</p>	<p>Data de Término:</p>
<p>5.1 Realizar diagnóstico sobre informações e sistemas da Prefeitura de São Paulo relacionados a contratos, licitações e execução orçamentária / financeira.</p>	<p>Janeiro/2019</p>	<p>Agosto/2019</p>
<p>5.2 Apresentar proposta de aprimoramento da disponibilização de informações de forma aberta e integrada, relacionando-as quando possível à dimensão territorial.</p>	<p>Agosto/2019</p>	<p>Agosto/2020</p>
<p>5.3 Incentivar, por meio do edital do Programa Agentes de Governo Aberto, a inscrição de projetos relacionados à temática de licitações e contratações públicas.</p>	<p>Janeiro/2019</p>	<p>Agosto/2020</p>
<p>5.4 Ampliar e aprimorar a qualificação dos servidores que atuam com licitações.</p>	<p>Fevereiro/2019</p>	<p>Agosto/2020</p>
<p>5.5 Padronizar e qualificar as publicações das licitações no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e no PubNet.</p>	<p>Janeiro/2019</p>	<p>Outubro/2019</p>
<p>5.6 Aprimorar os fluxos e processos para alimentação regular dos cadastros de empresas inidôneas e apenadas.</p>	<p>Janeiro/2019</p>	<p>Julho/2019</p>
<p>Informações de Contato</p>		
<p>Nome do responsável no órgão/instituição coordenador(a) da implementação</p>	<p>Gustavo Ungaro</p>	
<p>Cargo e Departamento</p>	<p>Controlador Geral do Município, Controladoria Geral do Município (CGM)</p>	
<p>E-mail e Telefone</p>	<p>controladoriageral@prefeitura.sp.gov.br +55 11 3113-8234</p>	

Demais órgãos e instituições envolvidos	Governo	Secretaria Municipal de Gestão (SG); Secretaria Municipal da Fazenda (SF); Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB); Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) ²⁷ ; Supervisão para Assuntos de Governo Aberto (SAGA)/Secretaria do Governo Municipal (SGM); e Tribunal de Contas do Município (TCM).
	Sociedade Civil	Transparência Brasil; e Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP).

²⁷ Devido à transferência da Supervisão para Assuntos de Governo Aberto para a Secretaria do Governo Municipal ([Decreto nº 58.596/2019](#)), a SMRI não mais participará da execução deste compromisso.

ANEXO I

WORKSHOP PÚBLICO DE COCRIAÇÃO

Realizado em 08/08/2018, das 10h às 17h.

Local: Auditório do Ed. Martinelli (15º andar) - Rua São Bento, 405 - Centro, São Paulo.

Abaixo, detalhamento da metodologia utilizada no workshop de definição dos três primeiros temas norteadores da construção dos 5 compromissos do 2º Plano de Ação em Governo Aberto.

- Início: breve contextualização a respeito da agenda de Governo Aberto na cidade, a parceria com a OGP, o FGC e os planos de ação em governo aberto.
- Rodas de conversa: Divididos em dois grupos - um apenas com representantes do Governo e outro, da Sociedade Civil - os participantes foram convidados a trocar ideias e compartilhar experiências, visando um alinhamento sobre possíveis questões a serem abordadas no Plano de Ação.
- Chuva de demandas: em seguida, mesclados em diversos pequenos grupos formados de forma aleatória, os presentes discutiram e levantaram os problemas e demandas existentes na cidade.
- Apresentações: os problemas e demandas trazidos por cada grupo foram apresentados brevemente.
- Almoço: Durante o horário, todas as contribuições de problemas/demandas foram categorizadas em grandes temas, de forma discricionária pelo mediador da atividade e, voluntariamente, por participantes que se dispuseram a contribuir com esse momento. Dentre tais participantes, havia representantes da sociedade civil e do Governo, alguns destes membros do Fórum de Gestão Compartilhada. Os grandes temas foram:
 - Mobilidade;
 - Sistema de Informação e Comunicação*;
 - Saúde;
 - Orçamento;
 - Descentralização e Desenvolvimento Local;

- Educação e Cultura Cidadã.
- World Café: A partir da divisão realizada, seis mesas de discussão foram montadas. Nestas, ao menos duas pessoas voluntárias permaneceram fixas para orientar, acompanhar e registrar as discussões, enquanto os demais circulavam entre as mesas de seu interesse, fazendo suas contribuições nos debates, com o intuito de qualificar as discussões, aprofundando os argumentos acerca dos temas, refiná-los e validá-los antes de levá-los à votação.
- Apresentações: Os responsáveis pelo acompanhamento de cada mesa relataram brevemente as discussões realizadas e principais desafios levantados dentro de cada tema.
- Votação: Os presentes votaram em até 3 temas que julgaram fundamentais serem contemplados no Plano de Ação em Governo Aberto. Alguns membros do Governo, que estava em maior número de participantes, não votaram. Foram os temas escolhidos: **Sistema de Informação e Comunicação***; **Orçamento**; e **Descentralização e Desenvolvimento Local**.

*Observação: Durante a etapa de World Café, a dupla responsável pela mesa de “Sistema de Informação e Comunicação” sugeriu a troca do nome do tema em questão para “Comunicação Participativa e Transparência”. A discussão sobre a troca foi deixada para o final da atividade. Devido ao atraso na agenda causado pela discussão sobre a votação, não houve tempo para a escolha da nomenclatura do tema “Sistema de Informação e Comunicação”/“Comunicação Participativa e Transparência”. Em reunião do Fórum de Gestão Compartilhada, realizada no dia 14 de agosto, optou-se pela aglutinação das duas sugestões de nomes, contemplando assim ambas as propostas. O nome final para o tema, veiculado como resultante da dinâmica, foi “Sistema de Informação, Comunicação Participativa e Transparência”.

ANEXO II

OFICINAS TERRITORIAIS TEMÁTICAS

Abaixo, a sistematização das Oficinas Territoriais Temáticas com número de participantes e transcrição das propostas de compromissos elaboradas durante os encontros, para além daquelas que foram submetidas em consulta pública:

DATA	TEMA	LOCAL / MACRORRE- GIÃO	OUTRAS PROPOSTAS DE COMPROMISSOS ELABORADAS	NÚMERO DE PARTICIPANTES
19/09	Sistema de Informação, Comunicação Participativa e Transparência	MobiLab / Centro	<ul style="list-style-type: none"> - Transformar o Catálogo Municipal de Bases de Dados em um portal integrado e com linguagem acessível; - A partir de um glossário com linguagem popular, padronizar a forma de divulgação e comunicação das informações de maneira regionalizada e acessível / Criação de um conselho deliberativo sobre Transparência (responsável pela criação desse glossário, controle da divulgação destas informações); - Estabelecer um "Portal da Transparência de SP", reformulado, a partir de ampla participação da sociedade civil, que contemple as informações que a sociedade civil e órgãos da administração demandem, com linguagem cidadã, com recursos gráficos acessíveis e possibilidade de cruzamento de dados, e apresentação georreferenciada. Esse portal também direcionará de maneira clara para os outros portais e sistemas (como e-Sic, 156 e Ouvidoria) e será amplamente divulgado através de campanha, formação e ações no território. 	27
21/09	Combate à Corrupção	Ocupação Cultural Mateus Santos / Leste	Como apenas dois grupos foram formados, não houve necessidade de votação.	12
24/09	Educação	Espaço Cultural Cita / Sul	- Criar, por meio do Pátio Digital Itinerante, nas 13 DRE's, com apoio da Coordenadoria Pedagógica da SME, uma ferramenta aberta e colaborativa para a disponibilização de projetos voluntários educacionais extracurriculares.	15
26/09	Sistema de Informação, Comunicação	Ponto de Economia Solidária /	Como apenas dois grupos foram formados, não houve votação.	13

	Participativa e Transparência	Oeste		
29/09	Orçamento	CEDECA Sapopemba / Leste	Como apenas dois grupos foram formados, não houve votação.	16
01/10	Orçamento	Subprefeitura Santana- Tucuruvi / Norte	Três grupos foram formados. Entretanto, após a leitura das duas propostas de compromissos já escolhidas para o tema (oficina 29/09) e das sugestões dos outros dois grupos, o terceiro decidiu não apresentar uma nova proposta, alegando já se sentir contemplado pelas demais.	20
02/10	Descentralização e Desenvolvimento Local	Subprefeitura Capela do Socorro / Sul	Como apenas dois grupos foram formados, não houve votação.	12
03/10	Combate à Corrupção	Câmara Municipal de São Paulo / Centro	- Estabelecer procedimento piloto de boas práticas nas licitações da Secretaria Municipal da Saúde, por meio da publicização do quadro societário, com CPF, das empresas contratadas pela Prefeitura de São Paulo, inclusive garantindo suporte e formação aos conselhos e servidores envolvidos no processo, desde a elaboração do edital à entrega do produto/serviço.	17
04/10	Descentralização e Desenvolvimento Local	Comunidade Cultural Quilombaque / Norte	Como apenas dois grupos foram formados, não houve votação.	14
06/10	Educação	UNIFESP Zona Leste / Leste	Como apenas dois grupos foram formados, não houve votação.	9

Supervisão para Assuntos de Governo Aberto

Prefeitura Municipal de São Paulo

Viaduto do Chá, 15

governoaberto@prefeitura.sp.gov.br

